

## MEMÓRIA E ESQUECIMENTO NOS PROCESSOS DE TOMBAMENTO E MUSEALIZAÇÃO: A CASA DO CONSELHEIRO MACIEL, PELOTAS/RS

Noris Mara P. M. Leal<sup>1</sup>;  
Francisca Ferreira Michelon<sup>3</sup>

PPGMemória Social e Patrimônio Cultural - UFPel 1 – norismara@hotmail.com 1  
PPGMemória Social e Patrimônio Cultural - UFPel – fmichelon.ufpel@gmail.com

### 1. INTRODUÇÃO

Este texto decorreu de uma das etapas de pesquisa de doutorado em desenvolvimento no PPG em Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPel. Nessa, investiga-se o processo simultâneo de patrimonialização e musealização de bens imóveis, a partir das ações do IPHAN, tendo no processo da casa histórica, denominada Casa do Conselheiro Maciel, casarão de nº 8 da Pça Cel Pedro Osório no centro histórico de Pelotas, o campo de observação. A casa é a sede do Museu do Doce da UFPel.

A política de preservação de patrimônio no Brasil, e mais especificamente no Rio Grande do Sul, ainda se mantém muito ligada aquilo que denominamos de pedra e cal, apesar do decreto que regulamenta a preservação do patrimônio imaterial brasileiro ser de 2001, quinze anos depois os passos são muito lentos, e a superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN - no estado, continua valorizando em larga escala o patrimônio material.

No caso do tombamento da casa do Conselheiro Maciel, em 1977, em conjunto com a Casa do Barão de São Luiz e do Barão de Butui, um dos primeiros conjuntos ecléticos a ter proteção federal no país, segundo Fonseca (2005, pg.184), a partir da mobilização da comunidade local. O conjunto é de relevância estética, principalmente a do Conselheiro pelos exemplares de estuque esculpido que possui e que a diferencia de outros exemplares decorativos no RS. Estes dados arquitetônicos são os que foram preservados e mantidos, não havendo um estudo mais profundo a respeito da história dos usos da casa desde a sua construção até o seu restauro para uso universitário.

O imóvel foi comprado, das herdeiras de Francisco Júnior, pelo Professor César Borges, reitor da UFPel, em 2006, que tinha o intuito de ali instalar a reitoria. O seu uso após o restauro foi determinado pelo IPHAN em parceria com o gestor do município e de pessoas ligadas à comunidade doceira vindo a ser a sede do Museu Nacional do Doce., esta musealização a princípio poderia ter desligado o prédio da história dos usuários do mesmo.

A casa foi restaurada entre os anos de 2009 e 2013, quando no dia 17 de maio, foi inaugurada e aberta à visitação pública. A inauguração foi marcada por um grande afluxo de pessoas, que desejavam conhecer a casa.. No conceito da equipe responsável, a casa em si mesma, já era o primeiro acervo do novo museu. Na ocasião, foi promovido um curso de capacitação de monitores, que foram selecionados entre os alunos dos cursos de ciências humanas da UFPel, principalmente de museologia.

Ao longo de dois anos de visitas guiadas a equipe foi sentindo necessidade de conhecer mais sobre as pessoas que ali moraram, os seus hábitos e costumes, impulsionados em muito pela própria curiosidade do público. Os dados que tínhamos mostravam a vida política do Conselheiro e de seu filho Francisco Júnior, este último, ministro da justiça no primeiro governo de Getúlio Vargas. Mas praticamente, não havia informação sobre a família

a primeira ocorrência para este conhecimento foi o livro "Chiquinha e Eu", uma narrativa romanceada, escrita por uma das bisnetas do Barão - Beth Stockinger. A escritora, jornalista de profissão, deu vazão a um texto no qual se mesclam o místico e o real. Focando na figura da sua bisavó apresenta-a como uma mulher doce, devotada à família e eternamente preocupada com os homens da casa, marido e filho. Esse misto de romance e de história, ofereceu algumas pistas sobre o panorama que se deseja traçar. E, como bem observou a autora sobre o seu livro "[...] é baseado no emocional e na imaginação, com algumas memórias esparsas de fatos contados por Tia Dora." (Stockler, 2012, pg10). Mesmo, não tendo a obra pretensões históricas, as fontes empregadas surgiram como uma aposta no encontro de informações que contribuíssem para uma aposta de dados necessários à pesquisa.

A autora do livro foi localizada e passamos a manter contato constante, nos contou que sua mãe e tia estavam vivas, Maria Alice e Glorinha, filhas de Francisco Júnior, as quais eram as duas últimas Antunes Maciel que nasceram na casa do Conselheiro. A entrevista<sup>1</sup> com as duas filhas nos permitiria, como nos diz Garrido, (1992) incorporar não apenas indivíduos aos nossos discursos, mas compreender as situações insuficientemente estudadas sobre a família Antunes Maciel. Entrevistar estas mulheres nos daria a possibilidade de inserir os seu discurso na nossa pesquisa, até então as fontes que encontramos nos falavam dos homens desta família e de sua vida política..

## 2. METODOLOGIA

Foi utilizada a metodologia da história oral, com os depoimentos das descendentes de Francisco Maciel Junior.

A História Oral neste caso é bastante adequada pois, nos permite "estudar o trabalho de constituição e de formalização das memórias, continuamente negociadas. A constituição da memória é importante porque esta atrelada a constituição da identidade" (Alberti, 1988, p.27). Não é o caso de estudar memórias de excluídos, mas sim compreender uma situação que, ainda, não foi suficiente estudada que neste caso são observáveis-com razoável nitidez.

A escolha das entrevistadas foi pensada de forma a se tornar um conjunto orgânico de depoimentos que nos permita entender o engendramento desta memória as disputas e conflitos dos sujeitos envolvidos com esta organização, aqui será apresentadas, apenas, as entrevistas realizadas com Maria Alice e Glorinha, assim como a análise do livro "Chiquinha e Eu" escrito pela bisneta do Conselheiro. Com a continuidade das atividades de pesquisa será anexado os outros depoimentos e o cruzamento dos mesmos com outros tipos de documentos.

Para a realização das entrevistas optou-se pelo formato aberto para que melhor se pudesse entender a posição destes indivíduos na construção da memória buscando sempre a intervenção mínima e mais breve possível.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

<sup>1</sup> A entrevista foi realizada por mim e pela Professora Francisca Ferreira Michelon, minha orientadora no doutorado no PPG Memória e Patrimônio UFPel.

O uso destas fontes nos possibilitaram ter informações importantes para conhecermos um dos usos da casa, que é o de moradia da família Antunes Maciel, entre os anos de 1880 e 1950. Através das descendentes podemos dar corpo aos personagens, que até então tinham uma dimensão de fantasia.

Nas visitas podemos observar como a relação dessas duas mulheres com o passado da família, também, traduz um processo de musealização, suportado e intensificado pela proximidade das casas, a distribuição de objetos que se complementam e a expressão de duas personalidades distintas. Se por um lado o esquecimento se implanta na cidade, por outro, elas também esquecem a cidade. A ancoragem é na família e não no lugar. Fácil destacar o fato de que se não fosse a intervenção da Bete, a casa teria sido desapropriada pela prefeitura de Pelotas. É possível supor que há um esquecimento de mão dupla e que estaria nele a razão pela qual a casa passa a "bastar-se", ou seja, ela não suporta senão sua própria memória como um imóvel do século XIX. A instituição de um museu cujo conteúdo não é diretamente relacionado com a família (embora, sim, indiretamente) reforça o processo de silenciamento da casa como um suporte da memória dessas famílias e da trajetória social da cidade. Assim, mesmo os usos subsequentes têm o seu interesse diluído.

#### 4. CONCLUSÕES

Mais do que uma fonte oral estas narrativas nos permitiram como diz Garrido (1992) abrir possibilidades inesperadas à própria pesquisa e que enriqueceu o volume de conhecimentos que tínhamos sobre o assunto. Estas narrativas nos permitiram em primeiro lugar ir mapeando no livro "Chiquinha e Eu", o que era criação da escritora e o que realmente podíamos entender como informação, assim como abrimos caminho para novas informações e para um novo viés da pesquisa que é o esquecimento da família no processo de tombamento e de musealização. Durante a entrevista fomos indagadas pelas entrevistadas por que Museu do Doce naquela casa. o que nos causou estranheza, pois a decisão de ali instalar o Museu é anterior a venda do prédio pelas entrevistadas, ou seja a prefeitura de Pelotas e IPHAN decidiram a localização da instituição museológica a revelia de suas proprietárias. Para a análise deste fenômeno muitas outras fontes e pesquisas serão englobadas ao trabalho, mas estas duas em especial foram importantes para a definição final do tema de pesquisa. O entendimento de que elas apesar de descendentes do Conselheiro e proprietárias da casa, quando da decisão de musealização, nos coloca como objetivo entender como se engendra estes processos no Brasil em pleno século XXI.

.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Livro

AMADO, J. & FERREIRA, M. (coords). Usos e Abusos da História Oral – Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996

BENJAMIN, Walter. O Narrador. Obras Escolhidas: magia, técnica, arte e política. Editora Brasiliense. 1985

### Artigo

AMADO, Janaína. O Grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. História. São Paulo, 14:125-136, 1995

BARROS, M. M. L. de. Memória e Família – Estudos Históricos, Rio de Janeiro: vol. 2 n.3, 1989.

ERRANTE, Antoinette . Mas afinal, a memória é de quem? Histórias orais e modos de lembrar e contar in História da educação, Asphe, n. 8, setembro de 2000.

GARRIDO, Joan del Alcazar. As Fontes Orais na Pesquisa Histórica: Uma Contribuição ao Debate. Rev. Bras de Hist, SP, V13 n 25/26 pp 33.54 set 92/1go93

PORTELLI, Alessandro. História Oral e Poder in Mnemosine Vol.6, nº2, p. 2-13 (2010).

SILVA, Janine Gomes da, “Pratos típicos” como patrimônio cultural: as narrativas orais (re)elaborando antigas receitas in Revista Brasileira de História Oral, Vol. 14, nº1, 2011.

THOMSON, Alistair. Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. Projeto História. São Paulo, 15, 1995.

VOLDMAN, Danièle. Definições e usos – In: AMADO, Janaina – Usos e Abusos da História Oral – Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas. 1996